

TRABALHADORES, SINDICATOS E POLÍTICA NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO NA BAHIA

Edinaldo Antonio Oliveira Souza¹

A partir de 1945, com o restabelecimento da liberdade política (reorganização dos partidos e retomada das eleições diretas para os cargos executivos e legislativos) e o advento de uma política de massas, o trabalhador tornava-se peça chave na configuração do jogo político². Apresentando-se como interlocutores das classes trabalhadoras e com uma inserção mais efetiva de suas bases nos sindicatos e locais de trabalho, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se credenciavam a levar alguma vantagem sobre os concorrentes na disputa por esse eleitorado. Contudo, os partidos das classes dominantes, União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano (PR), também cortejaram setores proletários e populares em geral, procurando atrair esse importante contingente eleitoral.

Comício da Coligação Democrática Autonomista na Estrada da Liberdade, Salvador/BA. “Serei um governo de todos para todos”. Jornal Estado da Bahia, Salvador, 16/1/1947, p. 3.

O cruzamento dos discursos, programas e estratégias de campanha com os dados relativos à votação obtida pelos candidatos concorrentes na Bahia, e pelas respectivas legendas, por seções ou locais de votação, nas eleições estaduais (de janeiro) e municipais (de dezembro) de 1947, ajuda a explicar o comportamento eleitoral de parcela dos trabalhadores baianos naquela conjuntura política³. Os resultados alcançados evidenciam certos nuances que foram ignorados tanto por uma história pretensamente nacional quanto pelos estudos da história política na Bahia⁴ que, geralmente, enfatizaram uma suposta bipolarização política entre o PSD e a UDN no período e minimizaram a importância do getulismo, do PTB e do PCB nas disputas eleitorais no estado.

As eleições de 1947 na Bahia

Embora atuassem conjuntamente na defesa de muitas das bandeiras do movimento sindical, na Bahia comunistas e trabalhistas assumiram posições antagônicas nas eleições de janeiro de 1947. Enquanto o PTB marchou sozinho com a candidatura de Antônio Medeiros Neto⁵ ao governo do estado, o PCB deliberou aderir à candidatura do udenista Octávio Mangabeira⁶, apoiada pela Coligação Democrática Autonomista que aglutinava a UDN, o PSD, o PR, a Esquerda Democrática⁷ e o Partido de Representação Popular (PRP) dos ex-integralistas.

Procurando cortejar o eleitorado proletário, o candidato udenista era apresentado como um “homem do povo” e prometia “governar com o povo”. Em comício de 27 de dezembro, na Praça da Sé, em Salvador, Juracy Magalhães⁸ afirmou que Octávio Mangabeira nascera na Rua das Verônicas, “em meio a uma pobreza honrada”, onde “viveu as dificuldades da vida” e presenciou o “esforço permanente” de seu pai “no trabalho árduo e fecundo” pela conquista de melhores possibilidades para os filhos, bem como “à resistência diligente abnegada” de sua mãe, “precocemente substituída por uma filha”. Para o correligionário, depois de quarenta anos “de exemplar vida pública”, ele “continuava pobre e honrado”⁹.

Não foi por acaso que o último comício da Coligação foi transferido da Praça da Sé, no centro da cidade, para a Estrada da Liberdade, bairro proletário negro em Salvador. Aliado ao apelo popular, o discurso mangabeirista preconizava o autonomismo¹⁰ (a “devolução” da Bahia aos baianos), a defesa da democracia, um governo de conciliação e concórdia e a superação do “enigma baiano”¹¹, expressão com que denominava o que considerava um quadro de retrocesso econômico e social supostamente vicejante no estado. Dirigindo-se aos trabalhadores e populares, Mangabeira afirmou que escolheu aquele local

por ser “um dos bairros mais frequentados pelos proletários”. Prometeu que, no seu governo, o Palácio da Aclamação seria “uma casa de vidro e de portas abertas” e que governaria “com o povo e para o povo”¹².

Entrementes, os partidos majoritários da Coligação traziam nos seus discursos e programas algumas bandeiras populares e trabalhistas. O Partido Republicano¹³ apresentava, entre os candidatos a deputados estaduais, o sindicalista José de Jesus Silva¹⁴, e incluía no seu programa um conjunto de “medidas em prol do trabalhador”, que abarcava a ampliação e efetivação de direitos já consagrados na legislação trabalhista e outros pleitos do movimento sindical, como: restaurantes populares; escola primária, creche, assistência médica, odontológica e farmacêutica para os trabalhadores das grandes empresas e seus familiares; alojamentos e vilas operárias, com habitações higiênicas, cinema, campo de esportes e outras comodidades, nas indústrias situadas em áreas suburbanas e rurais. O programa incluía ainda a construção da Casa do Trabalhador para abrigar a União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB)¹⁵ e sindicatos; participação dos empregados nos lucros das empresas; garantia da mais ampla liberdade e completa autonomia financeira e administrativa aos sindicatos.¹⁶ Ao levantar essas bandeiras, os partidos das classes dominantes procuravam se credenciar para disputar com os trabalhistas e comunistas os votos dos empregados sindicalizados e do proletariado urbano.

Manifestado na reta final da campanha eleitoral, o apoio do PCB à candidatura de Octavio Mangabeira seguia a orientação da linha de “União Nacional” preconizada pelo Comitê Central¹⁷ e procurava evitar o isolamento político dos comunistas no estado. Além disso, o PTB e o getulismo afiguravam-se como principais adversários dos comunistas na disputa pelos dividendos políticos-eleitorais nos meios sindicais e proletários. Sem muito espaço para negociação, o Comitê Estadual (CE) reivindicou, como contrapartida, apenas o comprometimento de Otávio Mangabeira em torno de três pontos do seu Programa Mínimo¹⁸, quais sejam: defesa da Constituição e da ordem democrática, apoio à legalidade de todos os partidos, inclusive o PCB, e luta contra a crise, a carestia e pela solução dos problemas do povo baiano¹⁹.

Vislumbrando no apoio pecebista uma alternativa para neutralizar uma potencial vantagem do candidato petebista nos meios sindicais e proletários, Octávio Mangabeira²⁰, então aliado a Juracy Magalhães, um anticomunista ferrenho, reafirmou seu compromisso “pela manutenção da ordem legal e democrática” e manifestou-se favorável ao “livre funcionamento de todos os partidos, inclusive o Comunista”, desde que “desenvolvam as suas atividades, com a lei e dentro da lei”. Também, afirmou que o primeiro dever dos governos era atender com eficiência às necessidades do povo, priorizando as classes menos protegidas e amparadas. Contudo, não firmou nenhum compromisso

formal com os comunistas. Em seguida, esse posicionamento foi ratificado pelos candidatos da Coligação ao Senado, Antônio Pereira Moacir, e à Câmara Federal, João Pacheco de Oliveira, ambos do PSD²¹.

Juntamente com o apoio do PCB, udenistas e pessedistas miravam os redutos eleitorais proletários e sindicais, sobretudo na capital, onde os comunistas apresentavam maior capacidade mobilizadora. Certamente, devem ter avaliado que o bônus advindo do acordo com os comunistas compensaria possíveis dissensões entre os setores mais conservadores do eleitorado, representados na coligação, sobretudo, pelos católicos e ex-integralistas²².

O apoio ao candidato udenista foi anunciado no histórico comício de 5 de janeiro, na Praça da Sé, com a presença de Luiz Carlos Prestes, que veio pessoalmente a Salvador para avalizá-lo. Em nota à imprensa, o CE justificou que tal posicionamento procurava evitar uma divisão dos setores democráticos e pretendia dar “um caráter mais popular” à candidatura Mangabeira. Também afirmou que os comunistas não reivindicavam cargos ou outras vantagens nem assumiam qualquer compromisso com o PSD e a UDN. O comício da Estrada da Liberdade reuniu entre os oradores o dirigente comunista e candidato a deputado estadual Giocondo Dias, o deputado federal constituinte Carlos Marighela e o anticomunista Juracy Magalhães²³.

Por seu turno, os principais trunfos dos petebistas eram o apoio do ex-presidente Getúlio Vargas (eleito deputado constituinte pela Bahia, em dezembro de 1945)²⁴ e o recurso à propaganda da legislação trabalhista além do acesso a postos estratégicos da burocracia governamental, sobretudo nos setores trabalhista e previdenciário, e da influência em muitos sindicatos, principais redutos eleitorais do PTB na Bahia, o que possibilitava o exercício de uma também ponderável política assistencialista.

Em 13 de janeiro, Getúlio veio pessoalmente manifestar apoio aos candidatos petebistas na Bahia. Para os getulistas, este evento serviria para “um julgamento definitivo e irrefragável” sobre quem desfrutava de maior prestígio no estado: “Getúlio Vargas ou todos os seus detratores e inimigos reunidos”. O ponto alto da visita foi um “comício monstro” na histórica Praça da Sé, em Salvador, com transmissão pelas duas estações do rádio baiano e retransmissão por diversas emissoras brasileiras. A expectativa de público era tamanha que os organizadores previram falta de hospedagens e transportes na cidade²⁵.

Em seu discurso, Getúlio recorreu à memória histórica e às “tradições baianas” para exaltar a façanha do PTB baiano, que num “gesto memorável” decidiu concorrer sozinho contra a poderosa Coligação. Igualmente, comparou a aliança entre seus principais opositores com a política de conciliação da época do Império, fazendo analogia entre o contexto que precedeu à liberta-

ção jurídica dos escravos e a conjuntura daquelas eleições, que caracterizou como sendo “de libertação dos trabalhadores”. Procurando vincular a candidatura de Otávio Mangabeira com o comunismo, o chefe petebista exclamou: “na primeira terra onde se ergueu a cruz de Cristo” no Brasil, não pode triunfar “o materialismo e a negação da fé!”²⁶. Manipulando uma memória da escravidão já associada com a propaganda das leis do trabalho e, por outro lado, recorrendo à religiosidade dos baianos, em seu discurso, Getúlio procurava demarcar uma posição política do PTB e do trabalhismo como emancipadores do trabalhador baiano tanto de uma elite política identificada com o passado escravista e com as antigas oligarquias, à direita, quanto da concorrência do materialismo comunista, à esquerda.²⁷

A disputa pelos redutos eleitorais proletários e sindicais aguçou as tensões entre o PCB *versus* o PTB e os getulistas no plano político partidário. Nas páginas do jornal *O Momento*, editado pelo PCB, Getúlio era tratado como golpista, perseguidor, enganador e defensor dos monopolistas da terra e dos agentes imperialistas durante a ditadura do Estado Novo²⁸. O PTB era taxado de “partido da classe dominante”, e seus dirigentes e candidatos, rotulados de “fazendeiros ricos”, “ajuntamento de restos do Estado Novo”, sendo acusados de representar “tudo menos a classe trabalhadora”²⁹. Em que pese o exagero retórico da imprensa pecebista, alguns dos dirigentes e candidatos petebistas traziam efetivamente nos seus currículos uma relação com o Estado Novo e/ou com a grande propriedade agrária, a exemplo do antigo interventor federal Landulfo Alves, candidato ao Senado, do engenheiro civil Delsuc Moscoso de Oliveira, pleiteante a suplente de senador, e do fazendeiro Filadelfo Almeida, candidato a deputado estadual.

Certamente, o principal fator de tensões entre os comunistas e os trabalhistas eram as eleições legislativas, já que tanto a legenda do PCB quanto a do PTB, incluíam diversos nomes de dirigentes e ativistas sindicais. Com evidente excesso retórico, a folha comunista afirmava que não chegavam à meia dúzia os “verdadeiros operários” inscritos na chapa trabalhista e que nenhum deles era líder sindical de prestígio. Igualmente, atacava a atuação dos deputados trabalhistas na Câmara Federal, taxando-os de “antigos paus mandados do governo no movimento sindical” e acusando-os de “viverem de ‘chantagens’ nos sindicatos e das verbas distribuídas à mão cheia pelo Ministro do Trabalho”. Por fim, convocava o operariado baiano a votar em “homens da sua classe”, estivadores, doqueiros, padeiros, ferroviários, tecelões, transviários e gráficos que integravam a “chapa popular”³⁰.

Na Bahia, vários ativistas e dirigentes sindicais disputaram as eleições legislativas de janeiro de 1947 pela “chapa popular”. Dentre estes, alguns tiveram atuação destacada no movimento sindical do pós-guerra, como Juvenal

Souto Júnior e Cosme Ferreira (portuários); Jaime Maciel (estivador); Florêncio Moreira e Demócrito de Carvalho (gráficos); João Ribeiro dos Passos (mecânico transviário); João Cardoso de Souza (marítimo); Lourival Nascimento (eletricitário); Benedito Manoel Nascimento (empregado na construção civil). Ao lado desses sindicalistas, havia outros candidatos com influência nos meios sindicais, como o dentista Juvêncio Guedes, dirigente sindical entre os canavieiros de Santo Amaro; o professor secundário Nelson da Silva Schaun, ativista sindical em Ilhéus e o advogado João Gonçalo Martins Luz, consultor jurídico da USTB³¹.

Além da identificação com as lutas sindicais e com as causas trabalhistas, o PCB contava com a extraordinária capacidade de mobilização da sua militância de base e usufruía os méritos do envolvimento dos comunistas nas lutas contra o nazifascismo e o integralismo e pela democracia. Também podia tirar proveito político da figura lendária do “Cavaleiro da Esperança”. Na capital e no interior, os comunistas estavam mobilizados.

Na legenda petebista, a lista de candidatos a deputados estaduais foi composta, sobretudo, por profissionais liberais, funcionários públicos, sindicalistas e alguns comerciantes e fazendeiros. Entre os sindicalistas, constavam: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador, José Nerval; o ex-presidente do Sindicato dos Portuários de Salvador, João da Silva Rego Filho; o presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, João Batista de Souza; o diretor do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares, Luiz Azevedo Cerqueira e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Cidade de Valença, Oldack Nascimento. Entre os profissionais liberais e funcionários públicos havia candidatos com alguma influência nos meios sindicais, a exemplo dos advogados Carlos Aníbal Correia e Dorival Guimarães Passos, do funcionário público Inácio Dias de Souza e do jornalista Joel Presídio.

Na disputa pelos dividendos eleitorais nos redutos sindicais e proletários, os resultados das eleições estaduais apontaram ligeira vantagem em favor dos trabalhistas. Apesar da derrota de Medeiros Neto, à sombra do getulismo o PTB despontou das urnas como potencial força política entre os trabalhadores da capital. Mesmo concorrendo praticamente sozinho e enfrentando forte oposição da imprensa baiana, que chegou a veicular, nas vésperas das eleições, rumores de desistência e nulidade da sua candidatura, o petebista alcançou expressiva votação, sobretudo na capital onde obteve 28.823 votos contra 21.596 de Otávio Mangabeira, o candidato vencedor³².

Em Salvador, o PTB foi a segunda e o PCB a quarta legenda mais votada. A UDN e o PSD foram a primeira e a terceira, respectivamente. Na oitava zona, representada pelo Distrito dos Mares, que abrangia o importante núcleo

industrial e ferroviário na Cidade Baixa, a legenda trabalhista foi a primeira e a comunista a segunda mais sufragada. Na primeira zona (Distrito da Vitória), região central; na terceira (Distrito de Santo Antônio), bairro popular próximo ao Pelourinho, e na quarta (Distrito da Sé, Conceição da Praia e Pilar), áreas comerciais, o PTB foi a segunda e o PCB a terceira legendas mais votadas, superando o PSD. Na capital, os candidatos petebistas ao senado, o ex-interventor Landulfo Alves, e à Câmara Federal, o presidente do Diretório Estadual, Herosílio Baraúna, foram os mais votados. Em algumas cidades do interior, notadamente onde havia algum lampejo de urbanização, como Cachoeira e Maragogipe, núcleos da agroindústria fumageira; Feira de Santana, importante entreposto comercial entre o Recôncavo e os sertões; Santo Amaro, polo da agroindústria açucareira; Nazaré e Alagoinhas, sedes ferroviárias e pequenos núcleos comerciais e industriais; Itabuna e Ilhéus, centros da economia cacaueteira, o PTB também obteve expressiva votação³³.

Para o legislativo estadual, o PTB elegeu sete deputados, resultado bastante superior ao das eleições de 1945 quando havia elegido apenas Getúlio Vargas para a Câmara Federal. Entre os petebistas eleitos constavam quatro bacharéis em direito, um funcionário público, um médico e um jornalista. Dentre estes, alguns possuíam identificação efetiva com o movimento sindical e com o trabalhismo, a exemplo do funcionário público Inácio Dias de Souza; do advogado trabalhista Carlos Aníbal Correia e do jornalista Joel Presídio. Apesar de o número de votantes no estado da Bahia ter decaído de 357.621 no pleito federal de 1945 para 328.230 (uma redução equivalente a 8,2%) nas eleições estaduais de 1947, a legenda do PTB obteve um incremento de 80.69% nesse período, saltando de 22.695 para 41.000 votos, enquanto que as demais apresentaram índices negativos³⁴, conforme tabela a seguir:

Tabela 1
Desempenho dos Partidos nas eleições de 1945 e de 1947 na Bahia

Partidos	Eleições federais 1945	Eleições estaduais 1947	Diferença %
PSD	134.851	100.006	- 25,83%
UDN	145.900	122.642	- 15,94%
PTB	22.695	41.009	+ 80,69%
PCB	18.691	12.580	- 32,69%
PRP	13.173	8.381	- 36,37%
PR	-	17.551	-

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

Embora a legenda petebista ainda permanecesse equidistante da ude-nista e da pessedista – as duas mais votadas no estado –, tanto os resultados das eleições legislativas de 1947 quanto a votação obtida pelo candidato a

governador sinalizam um potencial crescimento do PTB, em particular na capital, bem como indicam uma nada desprezível influência do getulismo entre os trabalhadores baianos. Contudo, não se pode ignorar a influência de algumas personalidades, a exemplo do ex-interventor Landulfo Alves e do ex-senador Medeiros Neto, entre os candidatos petebistas.

Mesmo apresentando maior número de sindicalistas e trabalhadores na sua lista de candidatos à Assembleia Legislativa, o PCB elegeu apenas dois deputados: o dirigente estadual Giocondo Alves Dias, que não era um sindicalista, e o ativista sindical entre os estivadores, Jaime Maciel. Embora tenha elegido um deputado a mais do que nas eleições federais de 1945³⁵, nesse intercurso a legenda pecebista apresentou um decréscimo de 32,69%, índice bem superior aos 8,2% observados no total de votantes³⁶.

Um levantamento mais detalhado da distribuição geográfica dos votos por seções eleitorais ajudaria a explicitar melhor como votaram os trabalhadores, todavia não foi possível obter a discriminação desses dados junto ao Tribunal Eleitoral. Igualmente, a imprensa além de não especificar os resultados de todas as seções, raramente identifica os locais de votação, sobretudo nas cidades do interior. De todo modo, esses dados apontam para uma expressiva receptividade da legenda e das candidaturas petebistas entre os empregados assalariados e o eleitorado urbano. Apesar do menor desempenho, o PCB também possuía uma fatia nada desprezível desse eleitorado.

Considerando-se que Salvador representava o principal polo econômico industrial da Bahia e também se levando em conta o desempenho eleitoral, sobretudo do PTB, nas cidades do interior que apresentavam alguns lampejos de urbanização e maiores contingentes de empregados assalariados, pode-se estimar que parte considerável desses votos proviesse dos trabalhadores. Sem desconsiderar as especificidades de cada partido, inclusive que nem todos petebistas eram efetivamente trabalhistas, o que também vale para uma parte dos eleitos, os resultados apurados sugerem que, na Bahia, o PTB e o getulismo despontavam no contexto da redemocratização com maior potencial de projeção eleitoral e melhores perspectivas de assimilação pelos trabalhadores urbanos do que o PCB.

Isso fica evidenciado nas eleições municipais de dezembro. Em Salvador, como não houve eleição para prefeito, as atenções se concentraram no pleito para a Câmara de Vereadores. Dividido por disputas internas, sobretudo entre o grupo liderado por Inácio Souza, que defendia a formação de uma chapa apenas com trabalhistas de primeira hora, e Joel Presídio, que preconizava a inclusão de nomes considerados da elite e também dos comunistas, o PTB apresentou 18 candidatos ao legislativo municipal³⁷. Por seu turno, com a cassação do PCB, em maio de 1947, os comunistas tiveram de buscar

abrigo noutras legendas³⁸. Após insinuarem-se negociações com o PSD, o PTB e o PR, os “candidatos de Prestes”³⁹ foram abrigados na legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Na capital, outra vez, trabalhistas e comunistas marcharam em campos opostos⁴⁰.

Em que pese a crescente onda de repressão anticomunista e de coação ao movimento sindical, levada a cabo pelas Polícias Militar e Especial juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), durante a campanha eleitoral os comunistas realizaram comícios e passeatas em portas de fábricas, praças e bairros populares, como Liberdade, Lapinha, Baixa dos Sapateiros, Barbalho, Largo da Sé e outros. Geralmente esses eventos eram acompanhados de cordões, batucadas e escolas de samba⁴¹.

No cômputo geral, a UDN e o PSD foram os partidos mais votados no estado. Todavia, em Salvador a legenda petebista foi a segunda mais sufragada, ficando à frente da pessedista. Robustecido pelos votos dos comunistas, o PTN obteve a quarta colocação, como se observa na tabela a seguir. Apesar disso, os trabalhistas só conseguiram eleger três, e os comunistas apenas dois vereadores. Por seu turno, a UDN conquistou dez, o PSD duas e o PR apenas uma cadeira na Câmara Municipal⁴².

Tabela 2
Resultados eleições municipais de 1947 em Salvador, por legenda

Partido	Votação	Vereadores eleitos
UDN	10.248	10
PTB	8.415	03
PSD	6.465	02
PTN/PCB	5.906	02
PR	3.648	01
PSB	1.797	–
PRP	1.324	–
PST	1.242	–

Fonte: Dados estatísticos do TRE/BA.

Entre os 18 vereadores eleitos em Salvador, os comunistas Almir Matos e Jaime Maciel – o primeiro era advogado e diretor de *O Momento*, e o segundo era deputado estadual – e o petebista Otávio Augusto Drumond, médico da guarda civil, foram os três candidatos mais votados. Respectivamente, outros dois vereadores petebistas, o esportista e médico clínico humanitário, Américo Lisboa, e o Primeiro Tenente do Serviço de Intendência do Exército, Abelardo Andréa, foram o quinto e o sexto mais sufragados⁴³.

O levantamento geográfico da votação, por seções e zonas eleitorais, em Salvador, fornece pistas sobre os destinos dos votos dos trabalhadores urbanos naquelas eleições. Embora o PTB obtivesse expressiva votação em quase

todas as seções eleitorais da capital, os melhores desempenhos foram observados nas sessões localizadas em bairros populares e proletários, como Pilar (4ª zona), Estação da Calçada (8ª zona), Ribeira (9ª zona) e em Plataforma, importante sítio têxtil no subúrbio ferroviário (10ª zona). A legenda petebista também obteve expressiva votação na Rua das Pitangueiras, no populoso bairro de Brotas (6ª zona). Por seu turno, o PTN obteve melhor desempenho no popular bairro de Santo Antônio Além Carmo (3ª zona) e na região central do Campo Grande (1ª zona). Em contrapartida, nas localidades agrícolas e pesqueiras de Periperi, Portão, Couto, Tubarão, Ilha de Maré e dos atuais municípios de Simões Filho (Água Comprida), Candeias (Passé), Lauro de Freitas (Ipitanga) e Madre de Deus, que integravam a 10ª zona, as legendas da UDN e do PSD foram as mais votadas⁴⁴. Apesar de incompletos, esses dados corroboram o entendimento de que o PTB e o PCB apresentaram melhor desempenho entre os assalariados urbanos e certamente entre os empregados sindicalizados.

Todavia, no interior do estado, petebistas e principalmente comunistas encontravam maiores dificuldades de inserção tanto pelas limitações geográficas (inclusive de natureza numérica, de conhecimento, prestígio e influência) da atuação de suas bases, quanto pelo predomínio dos chefes políticos tradicionais. Em algumas cidades, os comunistas aliaram-se com os petebistas; noutras, uns e outros apoiaram candidatos udenistas ou pessedistas às prefeituras municipais⁴⁵. Na totalização dos resultados obtidos pelos seis partidos mais votados na Bahia, os desempenhos do PTB e do PCB ficaram equidistantes das duas maiores legendas, a UDN e o PSD, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 3
Resultado dos seis partidos mais votados nas eleições municipais de 1947, na Bahia

Partidos	Votos por Legendas	Prefeitos eleitos	Vereadores eleitos
UDN	138.226	63	592
PSD	125.918	58	567
PTB	27.229	3	47
PR	12.334	5	42
PTN	7.659	–	3
PRP	6.135	1	9

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

Convém ressaltar que a tabela acima não inclui os resultados por coligações. Ao todo, o PTB sozinho elegeu apenas três prefeitos: o de Itabuna, o de Queimadas e o de São Sebastião do Passé. Em coligações com a UDN e com o PSD, conquistou outras sete prefeituras, dentre elas, Itacaré, Barreiras e a importante cidade de Feira de Santana. Para vereadores, foram eleitos 47 candidatos apenas pela legenda petebista, e 81 em coligações com outros par-

tidos⁴⁶. É possível que alguns desses candidatos mantivessem relação com a política tradicional e não tivessem uma identidade efetiva com o trabalhismo.

Mesmo sem a especificação da distribuição geográfica dos votos por seções eleitorais, uma apreciação da participação do PTB e dos comunistas nessas eleições em cidades⁴⁷ onde havia alguma atividade industrial e comercial e, por conseguinte, um contingente mais representativo de eleitores entre os trabalhadores assalariados, aponta para nuances que foram ocultadas pelos resultados gerais. Em Ilhéus, o candidato petebista obteve 27% dos votos válidos para prefeito, sendo derrotado pela coligação UDN/PSD/PRP. Para o legislativo municipal, a legenda petebista foi a segunda mais votada, ficando atrás apenas do PSD. Nesta cidade, não sabemos onde foram abrigados os comunistas. Na vizinha Itabuna, o candidato petebista Alberto Galvão, apoiado pelos comunistas, derrotou a coligação UDN/PSD/PR⁴⁸.

Em Nazaré, com o apoio dos comunistas, o PTB obteve 30% dos votos válidos para prefeito e 27% para vereadores. Nesta cidade, foi eleito o “candidato de Prestes” Misael Peixoto, um ferroviário, para a Câmara Municipal. Em Alagoinhas, o PTB obteve 39% dos votos para prefeito e 23% para vereadores. Concorrendo pelo PTN, foi eleito o vereador comunista Almiro de Carvalho Conceição, outro ferroviário, para o legislativo municipal. Nessas duas cidades, foram eleitos prefeitos os candidatos da UDN e da coligação PSD/UDN, respectivamente. Em Valença, sede da Companhia Valença Industrial, apesar de derrotado pela aliança UDN/PSD, o candidato do PTB a prefeito obteve expressivos 48% e a legenda petebista 41% dos votos válidos⁴⁹.

Em Santo Amaro, o PTB coligou-se com o PSD tanto na eleição majoritária quanto na proporcional. Todavia, para prefeito, o candidato da coligação foi derrotado pelo udenista Osvaldo Dias Pereira. Em Feira de Santana o candidato da coligação PTB/PSD, apoiado pelos comunistas, derrotou a aliança UDN/PR na eleição majoritária. Devido à coligação partidária nas eleições proporcionais, não foi possível mensurar a votação de cada partido nestas cidades. Já em Cachoeira e em São Félix, os trabalhistas aliaram-se aos udenistas e foram derrotados pelo candidato pessedista. Nestas duas cidades, a legenda petebista obteve cerca de 15% dos votos válidos para o legislativo. As fontes utilizadas não permitiram identificar em quais legendas foram abrigados os comunistas⁵⁰.

A indisponibilidade de dados relativos à distribuição geográfica dos votos e a impossibilidade de quantificar a votação por partido, no caso das coligações, dificultam uma avaliação mais sofisticada da participação dos trabalhadores nessas eleições. Contudo, importa considerar-se que os percentuais de votação obtidos pela legenda petebista nessas cidades, apesar de inferiores aos da capital, superam, em muito, a média estadual. Este pode ser

mais um indicativo da identificação dos trabalhadores urbanos e fabris com a legenda e os candidatos trabalhistas. A eleição do tecelão Oldack Nascimento, sindicalista e liderança petebista, para a Câmara de Vereadores de Valença, e a expressiva votação obtida pela legenda trabalhista naquela cidade também apontam nessa direção.

A participação dos comunistas naquelas eleições transcorreu sob um clima de tensão. Em Salvador, durante a campanha, foram detidos dois militantes que faziam propaganda política em frente à Pastelaria Triunfo, na Praça Sé, local proibido para a realização de comícios por determinação da Secretaria de Segurança Pública. Na cidade de Alagoinhas, o candidato João do Carmo, empregado do Curtume São Francisco, e o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição, vereador eleito, perderam seus empregos durante a campanha. Em Catu, depois das eleições, prisões e espancamentos foram praticados pela polícia com o apoio do prefeito udenista, com o fito de impedir a comemoração do cinquentenário de Luiz Carlos Prestes. Após as eleições, *pari passu* com a cassação dos mandatos dos deputados pecebistas na Assembleia Legislativa, a UDN interpôs recurso ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo a impugnação dos vereadores comunistas⁵¹.

Embora seja questionável qual o peso representado por uma ala trabalhista no PTB baiano, não se pode subestimar os possíveis efeitos entre os trabalhadores da identificação do partido com o ex-presidente Getúlio Vargas nem ignorar a posição da legenda petebista como a segunda mais votada na capital e a terceira no estado. De todo modo, os resultados desta pesquisa contrariam a assertiva consagrada tanto por uma história pretensamente nacional quanto pelos estudos da história política na Bahia⁵² que, geralmente apoiados nos resultados gerais das eleições, na composição do executivo e na representação parlamentar, enfatizaram uma suposta bipolarização política entre o PSD e a UDN e minimizaram a importância do getulismo, do PTB e do PCB nas disputas eleitorais no estado.

Antes de tudo, os discursos e propostas dos candidatos nas campanhas eleitorais de janeiro e dezembro de 1947 evidenciam a preocupação dos diversos grupos políticos em cortejar os trabalhadores e também as estratégias empreendidas na disputa por esse eleitorado. A análise dos resultados apurados, sobretudo em Salvador, nas eleições estaduais juntamente com a distribuição geográfica da votação por seções e zonas eleitorais no pleito municipal sinaliza uma preferência do proletariado urbano pelos candidatos petebistas e em menor proporção pelos pecebistas. Certamente, a identificação desses partidos e de alguns dos seus candidatos com as lutas sindicais e com as causas trabalhistas ajuda a explicar essa opção.

Contudo, a relação dos trabalhadores com aqueles que postulavam a

condição de seus representantes políticos comportavam nuances e complexidades, quase sempre ofuscadas pela teoria da manipulação populista. Sem embargo de outros critérios, como prestígio, reconhecimento, carisma e amizade, as escolhas abarcavam interesses, expectativas e confiança em torno de demandas por melhores condições de vida, direitos trabalhistas e participação política, que foram alimentadas durante as campanhas pelos discursos, programas e propagandas eleitorais.

Por outro lado, as eleições estaduais de 1947 ajudaram a sedimentar o novo pacto das elites políticas baianas que vinha sendo gestado desde o início do governo do General Dutra, delimitando os lugares do trabalhismo, do getulismo e também o do PCB como forças políticas alternativas na Bahia. Em abril de 1946, o jornalista Wilson Lins, importante intelectual da elite política baiana, já afirmava que a “união nacional” pregada por Prestes era a “união dos traidores”, “contra a nação” e conclamava a “verdadeira união nacional” com Dutra, Góis Monteiro, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães “pela democracia e pelo Brasil”.⁵³ Em nível nacional, a articulação dessa aliança interpartidária envolvendo a UDN e o PSD foi encabeçada pelos governadores udenistas Milton Campos (MG) e Octávio Mangabeira (BA) e pelo próprio Eurico Dutra, com os propósitos de isolar as forças políticas representadas pelo PTB e por Getúlio e assegurar ampla maioria ao presidente no Congresso⁵⁴. Concomitantemente, isolava também o PCB e os comunistas.

Na Bahia, essa aliança interpartidária foi consagrada com a Coligação Democrática Autonomista que apoiou a candidatura de Octávio Mangabeira ao governo do estado⁵⁵. Juntamente com esses arranjos políticos verificou-se a propagação tanto na imprensa quanto nos meios políticos, administrativos, policiais e jurídicos de um discurso anticomunista e antigrevista, com desdobramentos no movimento sindical.

Anticomunismo e repressão ao movimento sindical

Pari passu com os trabalhos da Constituinte, durante o governo Dutra algumas medidas administrativas, jurídicas e policiais, a exemplo do decreto-lei 9.070⁵⁶, do indeferimento do registro do MUT, da interferência policial nas atividades sindicais e em alguns movimentos grevistas e das injunções do Ministério do Trabalho e das DRTs na CTB e nas Uniões Sindicais estaduais, sinalizavam possíveis contramarchas no processo de ampliação das liberdades democráticas.

Contudo, foi a partir de 1947, na antessala da guerra fria, que se consubstanciou uma conjuntura sistematicamente marcada pelo anticomunismo, a repressão ao movimento sindical e tentativa de isolamento político do getu-

lismo e do trabalhismo. A anulação do registro do PCB, o fechamento da CTB e da USTB, a intervenção do Ministério do Trabalho em diversos sindicatos (em maio de 1947) e, na sequência, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas na Câmara Federal, Senado e nas Assembleias Legislativas estaduais (em janeiro de 1948) são sintomáticas desse contexto de “reação” da direita⁵⁷.

Na Bahia, a política anticomunista e restritiva da liberdade sindical imprimida pelo governo Dutra foi efetivada pela articulação entre o empresariado, a DRT e a Secretaria de Segurança Pública (SSP), com o apoio de alguns dirigentes sindicais. No início de janeiro o delegado do Trabalho emitiu uma circular “para rigoroso cumprimento” proibindo a filiação e a contribuição financeira dos sindicatos à CTB e à USTB. Em tom de coercivo, Muniz Falcão ameaçava afastar dos quadros sindicais e responsabilizar, criminalmente, os diretores sindicais e associados que desobedecessem a sua determinação. Em seguida, o presidente do Sindicato dos Panificadores, Júlio Pereira dos Santos, foi censurado pela DRT por abrigar as reuniões da USTB na sede daquele grêmio classista⁵⁸.

Outra forma de coerção e intimidação empreendida pela DRT foi a mobilização de força policial tanto para impedir as plenárias da USTB quanto para inibir a participação de seus diretores nas assembleias sindicais. Neste sentido, o delegado do Trabalho requereu à Secretaria de Segurança Pública a proibição das assembleias, com o pretexto de que “elementos comunistas” estavam provocando agitações em diversos setores do operariado e a alegação de que a CTB e a USTB eram organizações ilegais, que instigavam a desagregação dos trabalhadores, “fomentando greves, provocando indisciplina e desordens, concitando o desrespeito às autoridades trabalhistas e influenciando as diretorias dos sindicatos a descumprirem as determinações do Ministério do Trabalho”⁵⁹.

Logo em seguida, o secretário de Segurança Pública, major Wolmar Carneiro da Cunha, mandou a polícia impedir uma reunião na sede do Sindicato dos Panificadores. No final de março, às vésperas da posse do governador e da Assembleia Legislativa, agentes da DOPS marcaram presença nas assembleias de diversos sindicatos para a eleição dos candidatos ao posto de vogal da Justiça do Trabalho. Sede provisória da USTB, o Sindicato dos Panificadores era o alvo preferencial da repressão policial⁶⁰.

As intervenções da DRT e da polícia na vida dos sindicatos renderam protestos das diretorias da USTB e da CTB, do deputado comunista Jaime Maciel e de outras lideranças sindicais junto ao presidente da República, à Câmara Federal, ao governador Otávio Mangabeira e à Assembleia Legislativa (antes mesmo de serem empossados)⁶¹. Em contrapartida, alguns dirigentes

sindicais apoiaram as determinações da Delegacia do Trabalho⁶². O empenho da diretoria pela legalização da USTB como sociedade civil representa outro indicativo da resistência de muitos sindicatos em aderir a uma “instituição clandestina”⁶³.

No âmbito político-governamental, a princípio a USTB manteve uma postura de colaboração com o governador do estado e a Assembleia Estadual Constituinte. Pouco antes da posse de Otávio Mangabeira, o presidente Jaime de Souza Lima reafirmou a intenção de “lutar ao lado do governo, apresentando medidas concretas e imediatas” a fim de solucionar o “estado deplorável” deixado de herança pelo “famigerado Estado Novo”⁶⁴. Além do apoio pecebista, a proximidade cultivada com os subalternos e a promessa de uma administração de “portas abertas” favorecia a interlocução de Mangabeira, inclusive com trabalhadores e sindicalistas que votaram e apoiaram o candidato petebista, facilitando essa ponte entre o governo e o movimento sindical. Todavia, uma relativa estabilidade dessa relação dependeria muito da habilidade do governador para conciliar tensões que sobejavam numa sociedade marcada por profundas desigualdades de cor e classe e por persistentes injustiças nas relações de trabalho.

No início de maio, a USTB enviou mensagens de apoio e confiança ao governador e à Assembleia Estadual Constituinte. A Mangabeira referia-se como um “íntegro democrata”, “cidadão probo” cujos atos apresentados no breve período de vinte dias de governo faziam “antever uma inédita gestão” no estado. Todavia, questionava as “forças antidemocráticas” que integravam seu governo. Aos constituintes estaduais, reivindicava uma Constituição democrática e progressista, que garantisse um salário digno para os trabalhadores, facilidade de instrução, liberdade e autonomia sindical, político-partidária e religiosa. Também recomendava a aprovação de medidas que assegurassem a fixação do trabalhador no campo, facilitando a aquisição de um pedaço de terra e o amparo à produção dos gêneros de primeira necessidade⁶⁵.

No início do seu mandato, Otávio Mangabeira manteve uma política de relativa tolerância com os comunistas e o movimento sindical, fazendo jus ao acordo pré-eleitoral. Imbuído da missão de representar a “Bahia na posse de si mesma”, como avaliou Antônio L. Negro, ele procurou “voltar à política a sabedoria senhorial dos baianos sobre as relações cotidianas e íntimas”, dispensando “apelos a ideologias estrangeiras, o regime de força da direita e a impessoalidade da firma capitalista”⁶⁶. A marca mais saliente dessa política eram as audiências públicas, exaltadas na imprensa, quando o governador tratava pessoalmente com os governados, sem distinção entre “pobres e ricos”, dispensando a presença de intermediários na relação entre o povo e o governo. A iniciativa, de alguma forma, reeditava as famosas cartas a Getúlio,

todavia, ao contrário do ex-presidente, Mangabeira não era rotulado pejorativamente de populista nem sua prática política censurada como manipulação e demagogia. Contudo, em terra com profundas e duráveis desigualdades sociais e raciais, agravadas pelos baixos salários, por problemas da carestia e moradia e pelo despotismo patronal, sempre eram tênues os limites entre tolerância/conciliação *versus* autoritarismo/repressão. Essas fronteiras seriam ainda mais diluídas pelo sinistro clima da guerra fria⁶⁷.

Em 7 de maio de 1947, *pari passu* com a cassação do registro do PCB pela Justiça Eleitoral, o decreto governamental 23.046 determinou a intervenção nos sindicatos que se filiaram ou contribuíram para a CTB e as Uniãoes Sindicais nos estados. A essa medida, seguiu-se o fechamento dos organismos intersindicais e a substituição das diretorias eleitas dos sindicatos por juntas governativas nomeadas pelo Ministério do Trabalho. Na Bahia, a USTB teve as atividades suspensas, e sindicatos, como os dos Estivadores, Sapateiros, Gráficos, Moageiros, Transviários e outros, tiveram as diretorias destituídas, os livros de atas e contábeis apreendidos e as sedes interditadas por determinação da DRT, enquanto aguardavam a designação da nova diretoria⁶⁸. Ressalte-se que, muitas das diretorias sindicais depositas não eram controladas pelos comunistas⁶⁹.

Considerando essas medidas arbitrárias e inconstitucionais, a USTB decidiu apelar para as vias institucionais e legais e recomendou que os trabalhadores aguardassem unidos e organizados, pelo pronunciamento da justiça. Enquanto pediam a renúncia do presidente Dutra e do ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo⁷⁰, o periódico comunista e os sindicalistas reafirmavam a confiança no compromisso assumido pelo governador Octávio Mangabeira, de defender a Constituição⁷¹. Diferentemente de Mangabeira, a trajetória do general Dutra, tanto quanto a experiência do seu governo, não lhe credenciava como um “democrata probó” muito menos se notabilizava por uma relação de proximidade com os subalternos.

A cassação do PCB e sua repercussão na Bahia

Pari passu com as intervenções ministerialistas no movimento sindical, uma frente política e jurídica anticomunista⁷² mobilizava-se pela revogação do registro eleitoral do Partido Comunista. Desde 1946 um processo tramitava no Superior Tribunal Eleitoral (STE) com esta finalidade. Em janeiro de 1947, às vésperas das eleições estaduais, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto declarou em entrevista que, no seu entendimento, o PCB era um partido ilegal. A declaração teve grande repercussão tanto por se tratar de uma autoridade governista quanto pelo contexto eleitoral. Passadas as eleições, em 13 de

fevereiro o procurador da República, Alceu Barbedo, emitiu parecer concluindo pela ilegalidade e favorável à cassação⁷³. Após intensa batalha judicial, em 7 de maio, o registro do PCB foi proscrito pelo Tribunal⁷⁴.

Na Bahia, a notícia foi anunciada com regozijo pela grande imprensa e recebida com euforia nos meios políticos tradicionais. Para o jornal *A Tarde*, principal porta-voz do discurso político liberal na Bahia, o fechamento do PCB foi uma decisão “acertada”, apesar de “tardia”. Antes de tudo, representava uma “medida de preservação da democracia”⁷⁵. Para *O Imparcial*⁷⁶, a nação estava “satisfeita nos seus patrióticos anseios democráticos”. Na edição do dia seguinte, o matutino conclamava a vigilância dos “probos homens” para evitar possíveis atos de violência dos comunistas contra a tranquilidade e a segurança das instituições legais. Contudo, a principal preocupação era com o destino dos mandatos parlamentares e dos cargos ocupados pelos pecevistas em representações públicas⁷⁷.

Entrementes, setores da grande imprensa acusavam o governador Otávio Mangabeira de tolerância com os comunistas. De acordo com *O Imparcial*, na Bahia o fechamento do Partido Comunista ocorria “em câmera-lenta”: embora as placas tivessem sido retiradas das fachadas, os dirigentes continuavam atendendo aos seus camaradas “em expedientes animados”. Agitados, certamente. Em Salvador, segundo a reportagem, a polícia não encontrou sequer os fichários do partido. Um informante do DOPS na Bahia também acusou o governador Mangabeira de manter a “passividade” com os comunistas⁷⁸.

Apesar da garantia pré-eleitoral de ser favorável ao livre funcionamento de todos os partidos, inclusive o Comunista, e das acusações de negligência com os comunistas, Otávio Mangabeira não moveu uma palha contra a cassação do PCB. Também não se pronunciou contra o empastelamento de *O Momento*, ocorrido na noite de 22 de maio de 1947, quando forças militares tomaram de assalto e depredaram a redação, as oficinas e a gerência do jornal comunista⁷⁹.

Por seu turno, *O Momento* procurou dar vazão aos protestos de trabalhadores e sindicalistas contra a cassação⁸⁰. Ouvidos pela reportagem, portuários e estivadores manifestaram-se contrariamente à decisão da Justiça Eleitoral. Um grupo de moradores do popular bairro do Pelourinho encaminhou telegramas de protesto ao presidente da República, à Câmara Federal e ao Senado. No início de outubro, empregados da Navegação Baiana enviaram um abaixo-assinado ao presidente do STE pedindo a revogação da decisão, por considerá-la “injusta e errada”⁸¹.

Nesse contexto, a imprensa comunista endurecia os ataques contra o presidente Dutra, acusando-o de implantar uma ditadura, desrespeitando a Constituição que jurou defender. Igualmente, responsabilizava o mandatário

pela carestia generalizada, a falta de habitação para os trabalhadores, o aumento do desemprego e o êxodo das “massas camponesas”. Em contrapartida, poupava o governador do Estado e afagava as “gloriosas Forças Armadas”, exaltando suas “tradições democráticas”⁸².

No início de julho, a tolerância dos comunistas com Octávio Mangabeira foi abalada pela indiferença do governador perante o pedido de licença, pela Justiça, ao Congresso Nacional para processar o senador Luís Carlos Prestes por injúria contra o presidente Dutra. Desde então, *O Momento* passou a acusar a UDN e seus líderes – citando nominalmente Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira - de demagogia, incoerência e comprometimento com as classes dominantes. O rompimento ficou ainda mais iminente em meados daquele mês, quando as bancadas da UDN e do PSD recusaram-se a votar uma moção de congratulações ao deputado socialista João Mangabeira (irmão do governador), pelo veemente discurso, pronunciado na Câmara Federal, contra a cassação dos mandatos parlamentares comunistas. Na ocasião, o PCB responsabilizou o governador pelo posicionamento da sua bancada⁸³.

Enquanto isso, a preocupação dos adversários políticos do PCB seguia voltada para os destinos dos mandatos parlamentares dos comunistas⁸⁴. Em 27 de agosto, o deputado udenista Ivo D’Aquino apresentou um projeto na Câmara Federal propondo a cassação dos mandatos pecebistas. Iniciava-se assim outra acirrada disputa jurídica e política. Na Bahia, com a aproximação da votação do projeto, surgiram rumores de greves, mas não se concretizaram. Algumas categorias, como os portuários, estivadores e canavieiros, enviaram abaixo-assinados de protesto à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara Federal. Trabalhadores na indústria do açúcar de Santo Amaro encaminharam um memorial, com mais de trezentas assinaturas, à Câmara Federal. Cidadãos santo-amarenses, mobilizados pelo Comitê Municipal, e moradores do bairro de Massaranduba, em Salvador, também enviaram manifestos à Câmara com dezenas de assinaturas⁸⁵.

Com o apoio da Comissão dos Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Baianos (CPSTB), presidida pelo trabalhista João da Silva Rego Filho, que reunia os presidentes das juntas governativas e do Círculo Operário da Bahia, a DRT procurou dissuadir a ameaça grevista. Sem demora, o delegado do Trabalho, Hugo de Faria, advertiu que os grevistas poderiam ser punidos, inclusive com a perda do emprego, sem nenhuma indenização, com base na legislação vigente⁸⁶. Nesse contexto, só temos notícias de uma greve, a dos empregados das fábricas de móveis de madeira em Salvador, que durou quatro dias, no final de dezembro de 1947 e início de janeiro 1948⁸⁷.

Em 7 de janeiro de 1948, por 181 votos a favor *versus* 74 contra, a Câmara Federal aprovou a cassação dos mandatos⁸⁸. Na Bahia, segundo a DRT,

o ambiente reinante nos locais de trabalho manteve-se em “perfeita ordem”, embora “elementos ligados ao extinto Partido Comunista” tentassem promover assembleias gerais extraordinárias, com propósitos políticos, sob o pretexto de tratar do abono de natal. Por seu turno, a CPSTB solidarizou-se com o presidente Dutra, por ter sancionado a lei “que expulsou do Parlamento os agentes agitadores e provocadores”, defendendo assim os “sentimentos democráticos e cristãos, da paz e tranquilidade do povo brasileiro”. Para o *Diário de Notícias*, esses fatos atestavam o “apoio dos trabalhadores à cassação dos mandatos”⁸⁹.

Em 14 de janeiro, numa sessão tumultuada, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALB) ratificou a cassação dos deputados estaduais Jaime Maciel e Giocondo Dias. Segundo *O Momento*, no dia da cassação, “a Assembleia foi transformada numa praça de guerra, todas as dependências foram ocupadas por “um forte e bem armado” contingente da polícia especial – que Mangabeira havia declarado extinta – e ‘numerosos tiras’”⁹⁰.

A princípio, o banimento do PCB do cenário político institucional e as intervenções nas organizações sindicais não silenciaram outros importantes canais de interlocução do movimento sindical com os trabalhadores, representados pelo jornal *O Momento*, pela Comissão de Fortalecimento Intersindical, pelos vereadores comunistas e, sobretudo, pela militância de base que atuava nas comissões de fábrica. Nesse contexto, os trabalhistas e getulistas também se ressentiam da gestão de Morvan Figueiredo no Ministério do Trabalho, das intervenções nos sindicatos, do domínio udenista no governo do estado e das disputas internas no PTB⁹¹.

Em 28 de janeiro, sob o impacto da cassação dos mandatos, o Comitê Central do PCB lançou um manifesto conclamando a “luta de massas” contra o governo Dutra⁹². Entrementes, *O Momento* responsabilizava Otávio Mangabeira e seu correligionário Juracy Magalhães, pela fome e pela carestia, acusando ambos de atuarem como “agentes da ditadura” do governo Dutra⁹³. Neste contexto, o endurecimento do discurso pecebista em relação aos governos estadual e federal e a tentativa de radicalização do movimento sindical, com a incitação de movimentos grevistas, ampliavam as tensões entre os comunistas e as autoridades constituídas, recrudescendo assim a repressão policial e jurídica.

Foi nesse clima que, em 23 de fevereiro, a repressão policial a um comício organizado pelo PCB e pela Comissão Defesa Intersindical, na Praça da Sé, em Salvador, em protesto contra a cassação dos parlamentares e regozijo pela decisão do TRE favorável aos mandatos dos vereadores comunistas, provocou um grave conflito, deixando como saldo a morte do jovem bancário Luiz Garcia, além de dezenas de feridos⁹⁴. O incidente resultou em prisões, aber-

tura de inquéritos e processos contra militantes, sindicalistas, jornalistas e dirigentes que foram responsabilizados pelos acontecimentos⁹⁵. Esse episódio selou o fim da tolerância recíproca entre os comunistas e Octávio Mangabeira. Desde então, a folha comunista passou a rotular o governador de interventor, demagogo, governo de traição, ao mesmo tempo em que conclamava a luta dos trabalhadores e do povo por um “governo popular”⁹⁶.

O advento do clima da guerra fria e as alianças do governador baiano com setores conservadores e anticomunistas, representados, dentre outros, pelo presidente Dutra e pelo deputado Juracy Magalhães, ajudava a azedar uma complexa e cambaleante relação com os comunistas. Com o fechamento dos espaços institucionais e públicos, restou à militância vermelha imiscuir-se no chão das fábricas, empenhando-se na fomentação de greves e outras ações reivindicatórias. Por seu turno, aliados aos dispositivos disciplinares instituídos nos locais de trabalho, os empresários não hesitariam em lançar mão de expedientes políticos, econômicos, coercitivos e jurídicos para combater o ativismo sindical persistente nos locais de trabalho.

RESUMO

Este artigo analisa a relação dos trabalhadores e sindicalistas com a política institucional partidária e eleitoral, no contexto das eleições estaduais e municipais de 1947 na Bahia. Neste estado, assim como noutros lugares do Brasil, as nuances e complexidades da participação política dos trabalhadores, naquele período, quase sempre foram ofuscadas pelas teorias da manipulação populista e pela tese do “cupulismo” pecebista. O cruzamento dos discursos, programas e estratégias de campanha com os dados relativos à votação por seções ou locais de votação e a dinâmica da relação dos trabalhadores e sindicalistas com candidatos e partidos ajudam a explicar as escolhas políticas dos empregados urbanos naquela conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalhadores; sindicatos; partidos políticos; eleições.

Workers, Labor Unions and Policy in the Context of Democratization in Bahia

ABSTRACT

This article examines the relationship of workers and labor unionists with the party and electoral institutional policy in the context of state and municipal elections 1947 in Bahia. In this state and in other parts of Brazil, the nuances and complexities of the political participation of workers in that period were often overshadowed by theories of populist manipulation and the thesis of “cupulismo” pecebista. The crossing of the speeches, programs and campaign strategies with data on voting by sections or polling places and the dynamics of the relationship of workers and trade unionists with candidates

and parties help explain the political choices of the urban employees in that context.

KEYWORDS

Workers; labor unions; political parties; elections.

NOTAS

1. Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia, professor da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: edyaos@ig.com.br.

2. Por lei, podiam ser alistados como eleitores os brasileiros, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, exceto: os que não sabiam ler nem escrever, os militares em serviço ativo, salvo os oficiais; os mendigos; os que estivessem, temporariamente, privados dos direitos políticos (BRASIL. Decreto-lei n. 7.586, 28 maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 fev.1945. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em: 27 jul. 2014).

3. No Brasil, alguns estudos têm evidenciado a relação dos trabalhadores com a política partidária, eleitoral e legislativa nesse período, especialmente com o PCB. Ver: FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1995; SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos, SP: Hucitec, 1995; COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004; ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. Tese (Doutorado em História). Campinas/SP, Unicamp, 2013. Todavia, na Bahia, onde existe uma tradição de estudos das elites políticas, observa-se uma carência de pesquisas sobre a participação dos trabalhadores na política partidária e eleitoral. Para este período, a única referência que dispomos é FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores*. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997. Para além desta pesquisa, cabe uma menção aos estudos sobre o PCB: FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci* (20 anos de clandestinidade). 2. ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000; SENA JÚNIOR, Carlos Z. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936 - 1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

4. Dentre outros, TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia, op. cit.; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992; VIANA FILHO, Luiz. *Otávio Mangabeira, um homem na tempestade*. Brasília, DF: Senado Federal, 1986.

5. O fazendeiro e advogado Antônio Garcia de Medeiros Neto era um político remanescente da Primeira República, adepto do “severinismo”. Após a revolução de 1930, aliou-se ao interventor Juracy Magalhães. Em 1932, participou da fundação do PSD, partido pelo qual se elegeu deputado federal constituinte em 1933. Após a promulgação da Constituição de 1934, foi eleito senador, exercendo a presidência do Senado de 1935 ao golpe de novembro de 1937. Afastado de Juracy, pela posição favorável ao golpe, tornou-se alto funcionário do Estado Novo. Em 1945, foi membro fundador e tornou-se presidente do PTB na Bahia. (“Candidato do quererismo o sr. Medeiros Neto”. *Estado da Bahia*, Salvador, 3 dez. 1946, p. 3; “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 8 dez. 1946, p. 1-4)

6. Otávio Mangabeira foi um importante político liberal baiano. Ingressou na carreira política em 1908, como vereador de Salvador. Em 1911, foi eleito deputado federal, sendo sucessivamente reeleito, por diferentes partidos até 1926. No governo Washington Luís, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Em 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que resultou na sua prisão e exílio na Europa pelo movimento que levou Getúlio Vargas ao governo. Anistiado em 1934, conquistou uma vaga na Câmara Federal, aliando-se à Minoria Parlamentar que fazia oposição a Getúlio no Congresso, até perder o mandato com o golpe do Estado Novo, em 1937. No ano seguinte, foi preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por conspiração contra o governo. Em seguida, foi novamente exilado na Europa e nos Estados Unidos. Anistiado em 1945, ingressou na UDN, tornando-se presidente dessa agremiação e participando ativamente do movimento pela democratização. Em dezembro de 1945, elegeu-se deputado constituinte pela Bahia.

7. A Esquerda Democrática constituiu o núcleo político organizador do futuro PSB. Na Bahia, tinha como principais lideranças João Mangabeira (irmão do governador Octávio Mangabeira), o advogado Virgidal Sena e o acadêmico Orlando Moscoso. Ver: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, v. II. São Paulo: DIFEL, 1981; TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

8. O cearense Juracy Magalhães integrou o movimento tenentista e destacou-se na Revolução de 1930, sendo nomeado interventor federal na Bahia, em 1931. Em 1935, foi mantido no posto de governador do estado, mediante eleição indireta. Em novembro 1937, afastou-se do cargo, por discordar do golpe do Estado Novo. Durante esse período sofreu forte oposição dos políticos liberais desalojados do poder em 1930, mas tornou-se uma influente liderança política. Em 1945, ingressou na UDN, elegendando-se deputado federal constituinte nas eleições de dezembro.

9. MAGALHÃES, Juracy. “Símbolo das aspirações do povo baiano”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, p. 1-3.

10. Agrupamento político constituído em oposição ao Estado Novo e ao interventor Juracy Magalhães, sob o lema de “restituir a Bahia à posse de si mesma”. Ver: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

11. Expressão utilizada por Otávio Mangabeira na campanha eleitoral de 1947 e insistentemente reafirmada por uma geração de intelectuais das elites letradas. Resentidos com as mudanças políticas engendradas pela revolução de 1930, ou mirando uma política de desenvolvimento econômico-industrial, em tese, vicejante em São Paulo, estes analistas idealizaram o período imperial, considerado como um “passado de glórias” e enfatizaram os fatores históricos econômicos, político-institucionais e socioculturais que explicariam o suposto quadro de retrocesso da Bahia no período republicano.

12. MANGABEIRA, Otávio. “Acima de tudo a causa pública”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, p. 1-3; “A Bahia acorreu à Sé, para aplaudir o seu candidato”. Idem, p. 1; “Democracia nas práticas e nos métodos. Íntegra do discurso do sr. Otávio Mangabeira”. Idem, 30 dez. 1946, p. 5-8; “Mangabeira falará ao proletariado”. Idem, 13 jan. 1947, p. 3; “Não quero explorar os sofrimentos do povo para obter votos”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3; “Serei um governo de todos para todos”. *Estado da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3.

13. O Partido Republicano (PR) originou-se do Partido Popular Sindicalista (PPS), tendo entre os seus principais dirigentes e associados os filhos do coronel Franklin Lins do Albuquerque: Wilson Lins e Teódulo Lins do Albuquerque. O primeiro, um intelectual da elite política baiana, era diretor do jornal *O Imparcial* e foi eleito suplente de deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947. O segundo foi eleito deputado constituinte pelo PPS em dezembro de 1945 e tornou-se presidente do Diretório Estadual do PR.

14. José de Jesus Silva foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Salvador (1945), integrou a comissão de propaganda do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (em maio de 1945) e a comissão organizadora do Terceiro Congresso (em maio de 1946). Também integrou a diretoria provisória da USTB.

15. A USTB foi criada em outubro de 1946, vinculada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), sob o influxo do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em setembro daquele mesmo ano.

16. “Partido Republicano, seção Bahia. Programa”. *Estado da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1946, p. 8; “Partido Republicano, seção Bahia, apresenta ao eleitorado operário da cidade do Salvador, José de Jesus Silva”. *O Imparcial*, Salvador, 17 jan. 1947, p. 3.

17. De acordo com o dirigente nacional Pedro Pomar, a tática do PCB nas eleições estaduais de janeiro de 1947 consistiu em apoiar os “candidatos democratas e progressistas” aos governos estaduais contra “o anticomunismo sistemático”, “os representantes mais categorizados do latifúndio e do imperialismo” e a “demagogia trabalhista de Vargas”. POMAR, Pedro. “Nossa política de União Nacional”. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1947, p. 2-3.

18. O “Programa Mínimo” para o estado da Bahia, apresentado pelo PCB nas eleições de 1947, tinha como foco a defesa da Constituição de 1946, das liberdades e direitos fundamentais do cidadão nela assegurados; a aplicação da legislação federal de am-

paro ao trabalhador da cidade e do campo e garantia do seu direito de organização; a luta pelo progresso e bem-estar da população e pela liquidação das sobrevivências fascistas no estado. “Programa Mínimo estadual do PCB”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 1-2; “O povo votará no partido de Prestes”. Idem, p. 1-4. Para uma apreciação do Programa Mínimo na íntegra, ver: “Os candidatos do povo”. *O Momento*, Salvador, 17 nov. 1946, p. 3-4.

19. “Preferência do P.C. por Mangabeira: Prestes fala à imprensa”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jan. 1947, p. 5; “O PC apoia Mangabeira”. *Estado da Bahia*, Salvador, 7 jan. 1947, p. 3; “O apoio do PCB à candidatura Mangabeira”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 1-4; “Defesa da legalidade dos Partidos”. Idem, 18 jan. 1947, p. 1-6.

20. A partir do segundo semestre de 1947, a cordialidade entre o PCB e Otávio Mangabeira cedeu lugar à troca de hostilidades e acusações.

21. Antônio Pereira Moacir era secretário geral do PSD; João Pacheco de Oliveira era ministro do Supremo Tribunal Militar (“A íntegra da carta do candidato da Bahia ao secretário estadual do Partido Comunista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 3).

22. “Apoio do clero ao candidato Otávio Mangabeira”. *Estado da Bahia*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 3.

23. “O apoio do PCB à candidatura Mangabeira”, op. cit.; “Homens que evoluíram e não têm medo de aparecer ao lado dos comunistas”. *O Momento*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 1-6; “O comício da Liberdade”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3.

24. Na Bahia, Getúlio Vargas foi o oitavo deputado mais votado, com 10.032 votos.

25. “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”, op. cit.; “Getúlio Vargas na Bahia!”. *O Imparcial*, Salvador, 12 jan. 1947. Página diária do PTB, p. 8; “Os trabalhistas aguardam Getúlio”. *Estado da Bahia*, Salvador, 30 nov. 1946, p. 3.

26. “Getúlio Vargas falou à Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 14 jan. 1947. Página diária do PTB, p. 1; “Só um milagre”. *Diário da Bahia*, 14 jan. 1947, p. 3.

27. Para uma abordagem sobre as apropriações e circularidades de uma memória da escravidão no contexto da política cultural da Era Vargas, ver: GOMES, Ângela de C.; MATTOS, Hebe. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 101-128, 1995.

28. “Vargas manobrou, prometeu, traiu e perseguiu”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 1; “O povo não crê nos milagres de Vargas”. Idem, 15 jan. 1947, p. 2.

29. “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigos da classe operária”. *O Momento*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 1-6; “O PTB representa os restos do Estado Novo contra a democracia”. Idem, 19 jan. 1947, p. 2.

30. “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigos da classe operária”, op. cit.; “O PTB representa os restos do Estado Novo contra a democracia”, op. cit.; “Os candidatos do povo”. *O Momento*, Salvador, 17 nov. 1946.

31. “Os candidatos do povo”, op. cit.; “A chapa popular”. *O Momento*, Salvador, 19 jan. 1947, p. 2; “Líderes sindicais na chapa popular”. Idem, p. 3; “Os tecelões elegerão

o seu candidato à Câmara Estadual”. Idem, 2 dez. 1946, p. 2; “Os trabalhadores e as eleições de 19 de janeiro”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5; “A Campanha Eleitoral do PCB em Santa Inês”. Idem, 5 jan. 1947, p. 2; “Grande entusiasmo em Cachoeira e São Félix”. Idem, 9 jan. 1947, p. 1; “Os explorados trabalhadores da Circular votarão em massa em João dos Passos”. Idem, 14 jan. 1947, pp. 3, 4. Ver também: “Relação de candidatos à Assembleia Estadual Constituinte”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 364/5; “Lista de candidatos aprovados pelo CN, Estado da Bahia”. *Ibidem*, fl. 366.

32. Nas eleições estaduais de janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito com 211.121, todavia o candidato petebista obteve os expressivos 92.626 votos (43,87% da votação alcançada pelo governador eleito). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit.; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 455. Ver também: “Em face do apoio comunista, assegura-se a possibilidade de desistência do candidato petebista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jan. 1947, p. 5; “Nulidade do registro da candidatura Medeiros”. Idem, 17 jan. 1947, pp. 1, 4; “Fora da lei: sustentam os impugnadores da candidatura Medeiros Neto”. Idem, 18 jan. 1947, p. 1-4; “O Tribunal Eleitoral não tomou conhecimento”. *Estado da Bahia*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 3; “Falhou o pulo da impugnação”. *O Imparcial*, Salvador, 19 jan. 1947. Página diária do PTB.

33. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit. BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral: dados estatísticos das eleições estaduais (janeiro) e municipais (dezembro) de 1947. Salvador, Centro de Memória do TRE da Bahia. Ver também: *Estado da Bahia*; *Diário da Bahia*; *O Imparcial*, janeiro e fevereiro de 1947, edições diversas; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 456/7.

34. A composição das bancadas na Assembleia Legislativa ficou assim constituída: UDN 27 deputados; PSD 20; PTB 7; PCB 2 e o PRP (legenda integralista) apenas 1 deputado. Segundo dados estatísticos do TSE, elaborados a partir de 1945.

35. Nas eleições de 1945, o PCB baiano elegeu apenas o deputado federal Carlos Marighela.

36. Em 1946, a população estimada do estado da Bahia era de 4.378.136 habitantes. Nas eleições de 1945 e 1947, o número de eleitores cadastrados correspondia a pouco mais de 10% da população. Para as eleições federais de dezembro de 1945, foram inscritos 440.621 e compareceram para votar 357.621 eleitores (índice de 18,8% de abstenções); nas estaduais de janeiro de 1947 o número de eleitores inscritos elevou-se para 477.535, mas o número de votantes decaiu para 328.230 (índice de 31,26% de abstenções). Comparativamente com a anterior, observou-se uma redução de 8,2% dos votantes. (Cf. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit.)

37. Em Salvador, a chapa petebista foi composta por 18 candidatos, incluindo alguns sindicalistas, funcionários públicos e profissionais liberais.

38. Posto na ilegalidade, em maio de 1947, o PCB recomendou que suas bases municipais buscassem entendimentos com outros partidos políticos na eleição para prefeito e, sempre que possível, também para vereadores. O acordo devia contemplar um “programa mínimo” ou algumas das suas principais reivindicações, conforme a influência e a força eleitoral dos comunistas em cada município. (PRESTES, Luiz Carlos. “Participemos ativamente das eleições municipais”. *Problemas*, n. 2, setembro de 1947. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.php?id_sessao=35&id_publicacao=284).

39. Em Salvador, a Chapa Popular foi composta de oito candidatos: o advogado e jornalista Almir Matos (diretor de *O Momento*), o engenheiro agrônomo Vale Cabral (funcionário da Secretaria da Agricultura), o serventuário da Justiça e poeta Aloisio Aguiar, o advogado João Martins Luz, o funcionário da Companhia Linha Circular Florisvaldo Viana, os estivadores João Cardoso de Souza (líder sindical) e Jaime Maciel (líder sindical e deputado estadual pecebista) e o jornalista Dermeval Araújo.

40. “Difícil escolha dos candidatos a vereadores”. *Diário de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1947, p. 2; “Trabalhos para o próximo pleito”. Idem, p. 3; “Dissidência na bancada estadual do PTB”. Idem, 29 jan. 1948, p. 3; “Agrava-se a crise no PTB”. *Estado da Bahia*, Salvador, 26 nov. 1947, p. 3; “Desautorizada a união do PTN com os comunistas”. Idem, p. 3-5.

41. “A luta contra a cassação dos mandatos é de todos os patriotas”. *O Momento*, Salvador, 14 dez. 1947, pp. 1, 6; “Comício passeata na Liberdade”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1; “Grande comício, na Sé, no dia 18”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1; “Que seja esta a semana da vitória dos candidatos de Prestes”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1.

42. “Assegurados oito vereadores a UDN”. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 dez. 1947, pp. 3, 4; “Encerrou-se a apuração com ampla vitória da UDN”. *Estado da Bahia*, Salvador, 31 dez. 1947, p. 3.

43. “Almir Matos continua o candidato mais votado”. *O Momento*, 28 dez. 1947, p. 1; “Assegurados oito vereadores a UDN”, op. cit.; “Encerrou-se a apuração com ampla vitória da UDN”, op. cit.

44. “Continua a UDN liderando”. *Estado da Bahia*, Salvador, 24 dez. 1947, p. 3; “Assegurada a vitória da UDN nesta capital”. Idem, 30 dez. 1947, p. 3; “A UDN continua majoritária”. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 dez. 1947, p. 3; “Prosseguem as apurações do pleito de domingo”. Idem, 25 dez. 1947, p. 3; “O pleito da capital”. Idem, 28 dez. 1947; “Assegurados oito vereadores a UDN”, op. cit. Convém ressaltar que, os dados levantados através da imprensa não contemplam a totalidade das seções das dez zonas eleitorais.

45. “Acordo dos comunistas com a UDN em Juazeiro”. *O Momento*, Salvador, 20 dez. 1947, p. 2; “A UDN não quer respeitar a vontade do povo feirense”. Idem, 30 dez. 1947, p. 1.

46. No interior do estado, a UDN elegeu 74 prefeitos, o PSD elegeu 57 e a coligação UDN-PSD venceu em outros cinco municípios. Cf. “Vitória udenista”. *Diário de Notí-*

cias, Salvador, 1 jan. 1948, pp. 3, 4; “As eleições municipais”. *Ibidem*; “Vitórias da UDN no interior do Estado”. *Idem*, 28 dez. 1947; “Continua na vanguarda das apurações, a UDN”. *Estado da Bahia*, Salvador. 26 dez. 1947, p. 3; “Vitória da UDN no pleito do interior”. *Idem*, 8 jan. 1948, p. 3.

47. As cidades analisadas possuíam, respectivamente, o seguinte eleitorado: Juazeiro, 8.724; Ilhéus, 7.118; Itabuna, 9.806; Nazaré, 6.583; Alagoinhas, 11.218; Valença, 6.428; Santo Amaro, 19.235; Feira de Santana, 15.337; Cachoeira, 9.839; São Félix, 11.629 eleitores.

48. BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral: dados estatísticos das eleições estaduais (janeiro) e municipais (dezembro) de 1947, op. cit.; “Prosseguem as apurações do pleito de domingo”, op. cit.; “Vitoriosa a Coligação em Ilhéus”. *Idem*, 27 dez. 1947, p. 8; “Vitórias da UDN no interior do Estado”, op. cit.; “A UDN não quer respeitar a vontade do povo feirense”. *O Momento*, 30 dez. 1947, p. 1; “Os ferroviários de Alagoinhas deram a resposta ao Sr. Farani”. *Idem*, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “Derrotado o cassador Juraci nos principais municípios”. *Idem*, 4 jan. 1948, s/p.

49. *Idem*.

50. *Idem*.

51. “Será julgado em breve o odioso recurso da UDN”. *O Momento*, Salvador, 1 jan. 1948, p. 1; “Os ferroviários de Alagoinhas deram a resposta ao sr. Farani”. *Idem*, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “O prefeito udenista de Catu pratica as maiores arbitrariedades”. *Idem*, 3 jan. 1948, p. 5; “Protestam os ferroviários contra a atitude do negociista Lauro Farani”. *Idem*, 15 jan. 1948, p. 2; “Arruaças comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, s/d.; “Vereadores moscovitas”. *Idem*, s/d.; “Perderão os comunistas seus três vereadores”. *Idem*, 3 jan. 1948, p. 4; “Recurso ao Superior Tribunal Eleitoral”. *Idem*, 29 fev. 1948; “Não haverá eleições suplementares”. *Idem*, 18 jan. 1948, p. 3; “O TRE deu ganho de causa aos comunistas”. *Idem*, 6 fev. 1948, p. 3.

52. Dentre outros, TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*, op. cit.; SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992; VIANA FILHO, Luiz. *Otávio Mangabeira, um homem na tempestade*. Brasília, DF: Senado Federal, 1986.

53. LINS, Wilson. “Chegou a hora da união dos brasileiros”. *O Imparcial*, Salvador, 3 abr. 1946, p. 1-4.

54. “A bancada baiana do PSD reivindica a direção política do Estado”. *Idem*, 14 abr. 1946, p. 1; DELGADO, Lucília de A. Neves. *PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 87.

55. “Entregue ao sr. Nereu Ramos, a deliberação dos pessedistas baianos”. *O Imparcial*, Salvador, 19 out. 1946, p. 1; “Antes de tudo, a salvação do regime”. *Estado da Bahia*, Salvador, 15 dez. 1947, p. 1-3. Ver também: TAVARES, op. cit., p. 455.

56. Publicado em 15 de março de 1946, o decreto-lei 9.070 antecipava-se à promulgação da Constituição e reafirmava princípios autoritários do Estado Novo que restrin-

giam o direito de greve e criminalizavam a prática grevista. Ver: BRASIL. Decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em: 20 set. 2013.

57. PANDOLFI, Dulci. “Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em: 20 nov. 2014.

58. “A CTB e a União Sindical”. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 jan. 1947, s/p.; “Desespero contra o proletariado”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5; “Protestam os marceneiros contra a atitude inconstitucional do Delegado do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5; “O Delegado do Trabalho não tem autoridade para investir contra a classe operária”. Idem, 5 jan. 1947, p. 5.

59. “Os dirigentes da famigerada Confederação dos Trabalhadores do Brasil são indivíduos sem profissão definida”. *O Imparcial*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 1; “Perigosa rede de expansão extremista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 4. Ver também: FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores*. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997, p. 424/5.

60. “Repúdio às organizações clandestinas”. *Diário da Bahia*, Salvador, 26 jan. 1947.

61. “A USTB contra a medida arbitrária do Delegado do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 8 fev. 1947, pp. 1, 4; “Intervenção ilegal da polícia na vida dos sindicatos”. Idem, 2 abr. 1947, p. 1; “Os trabalhadores repelem os atentados policiais contra a autonomia sindical”. Idem, 4 abr. 1947, p. 2; “Afronta aos trabalhadores”. Idem, 10 abr. 1947, p. 2; “Fracassam as manobras do sr. Rubem Rocha”. Idem, 20 abr. 1947, p. 2; “Novo atentado à liberdade sindical”. Idem, 24 abr. 1947, p. 2.

62. “Trabalho e Previdência”. *Diário da Bahia*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 2; “Os trabalhadores das usinas ao delegado do Trabalho na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 27 jan. 1947, p. 3; “Os portuários baianos, sob a bandeira da USTB, defendem a Constituição”. *O Momento*, Salvador, 2 fev. 1947, pp. 1, 4; “Os fumageiros de Cachoeira e São Felix elegem, em praça pública, a direção do seu sindicato”. Idem, Salvador, 13 mar. 1947, p. 2-3.

63. “A União Sindical e o seu registro”. *O Momento*, Salvador, 2 abr. 1947, p. 4; “O registro da USTB é uma vitória do proletariado baiano”. Idem, 29 mar. 1947, p. 2.

64. “A União Sindical e o seu registro”, op. cit.

65. “Mensagem da USTB ao Governador e à Assembleia”. *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947, p. 2.

66. Ver: NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 33, dez. 2012, p. 141-164.

67. NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política...”, op. cit. Ver também: “Antes de tudo, a salvação do regime”, op. cit.; “Presente e futuro da Bahia”. *Diário de*

Notícias, Salvador, 1 jan. 1918, p. 2-4; “Procurando resolver os problemas do povo”. Idem, 29 set. 1948, p. 8; “Tranquilidade administrativa e reestruturação econômica da Bahia”. Idem, 6 out. 1948, p. 8.

68. “Prosseguem os absurdos atentados à liberdade sindical”. *O Momento*, Salvador, 22 jul. 1947, p. 6.

69. “Invadido pela polícia o Sindicato dos Tecelões em Valença”. *O Momento*, 2 jun. 1948, p. 5; “A intervenção policial no Sindicato dos Tecelões de Valença”. *O Momento*, 19 out. 1948, p. 5.

70. Geralmente, o periódico comunista e os sindicalistas afastados referiam-se ao governo Dutra como ditadura e ao ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo, como homem rico, banqueiro e vice-presidente da FIESP.

71. “A USTB dirige-se aos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 9 maio 1947, p. 6; “Protestam os trabalhadores contra a suspensão da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das Uniões Sindicais”. Idem, 10 maio 1947, p. 2; “Querem destruir num dia o que nos custou anos de sacrifício”. Idem, 17 maio 1947, p. 2; “Causa graves prejuízos aos trabalhadores, a interdição ilegal dos sindicatos”. Idem, 21 maio 1947, p. 2-5.

72. Sobre a composição dessa “coalizão anticomunista”, ver: SENA JÚNIOR. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936 – 1948*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 322/23.

73. “O Partido Comunista é ilegal”, declara o ministro da Justiça”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 4; “O Partido Comunista posto na ilegalidade”. *O Imparcial*, Salvador, 14 fev. 1947, p. 1.

74. Aprovada pelo Superior Tribunal Eleitoral, por três votos contra dois, a cassação do registro do PCB fundamentou-se na alínea a do artigo 26 do decreto-lei nº 9.258, de 14 de maio de 1946, publicado pelo governo Dutra, que previa o cancelamento do registro de partido político quando ficasse provado o recebimento de orientação político-partidária, contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio de procedência estrangeira. Antes de uma questão jurídica a medida representou uma ação política. (BRASIL. Decreto-lei 9.258, 14 maio 1946. Dispõe sobre o alistamento, os partidos políticos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9258-14-maio-1946-417156-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 jun. 2013)

75. “A dissolução do PC”. *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1947. *Apud* SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., p. 348.

76. Jornal diário, editado em Salvador desde 1918 até 1947. Nos anos 1930, apoiou abertamente o Integralismo na Bahia. Na década de 1940, era dirigido pelo jornalista Wilson Lins, filho do coronel Franklin Lins do Albuquerque, importante chefe político do interior da Bahia. No contexto de participação do Brasil na Segunda Guerra, *o Imparcial* apresentava uma linha editorial e ideológica de tendência liberal, destacando-se na campanha contra o “quinta-colunismo” e na defesa da política de “união nacional

pela democracia e pelo progresso”. Em 1945, abriu espaço para os comunistas e outras correntes de esquerda favoráveis à tese da União Nacional e à democracia. Contudo, a partir de 1946 assumiu uma postura anticomunista, prenunciando o clima da guerra fria. Ver: FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial, 1933-1937*. Salvador: Edufba, 2009. Ver também: acervo de *O Imparcial*. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), setor de jornais e revistas raros.

77. “O Partido Comunista posto na ilegalidade”. *O Imparcial*, Salvador, 8 maio 1947, p. 1-4.

78. “O fechamento do Partido Comunista, na Bahia, em câmera-lenta”. *O Imparcial*, Salvador, 13 maio 1947, p. 3; “Informação”. Setor Trabalhista, 12 abr. 1948. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fl. 21.

79. “Não é possível calar a voz do povo!”. *O Momento*, Salvador, 23 maio 1947 s/p.

80. “As operárias baianas repelem as provocações fascistas”. *O Momento*, Salvador, 21 fev. 1947, p. 2; “Golpe na Constituição”. *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947. Apud SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., p. 348.

81. “Portuários e estivadores protestam contra o cancelamento do registro do PCB”. *O Momento*, Salvador, 9 maio 1947, p. 2; “Protesta o povo contra o atentado à Democracia”. Idem, 9 maio 1947, p. 6; “Trabalhadores da Navegação Baiana pedem a legalidade do Partido Comunista”. Idem, 24 out. 1947, p. 2.

82. “A ditadura aumenta a miséria do povo”. *O Momento*, 1 jun. 1947 s/p. Ver também: “Tudo pela imediata reconstrução de O Momento”. Idem, 27 maio 1947 s/p.; “Crimes de responsabilidade”. Idem, 29 maio 1947 s/p.; “Responda à reação reconstruindo O Momento”. Idem, 5 jun. 1947, s/p.; “Democracia sob livramento condicional”. Idem, 4 jul. 1947, p. 2.

83. “A traição da UDN”. *O Momento*, Salvador, 8 jul. 1947, p. 2; “UDN e PSD obedeceram às ordens do Sr. Mangabeira”. Idem, Salvador, 16 jul. 1947, pp. 2, 3; “Traição do Sr. Mangabeira”. Idem, 17 jul. 1947, p. 1.

84. “Vagas dos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1947, p. 1; “Preenchimento das vagas dos comunistas”. Idem, 9 jan. 1948, p. 8; “Vereadores moscovitas”, op. cit.; “Perderão os comunistas seus três vereadores”, op. cit.

85. “Unamo-nos contra a cassação dos mandatos”. *O Momento*, Salvador, 18 nov. 1947, p. 1-6; “Protestam os trabalhadores baianos contra o monstruoso projeto Ivo D’Aquino”. *O Momento*, Salvador, 20 nov. 1947, p. 1-6; “Protestamos contra as tentativas de cassação dos mandatos dos nossos legítimos representantes”. Idem, 29 nov. 1947, p. 3-4; “Os parlamentares comunistas são os defensores dos operários e do povo”. Idem, 4 dez. 1947, p. 2. Sobre o debate no Parlamento a respeito da cassação dos mandatos, ver: MARIGHELA, Carlos. “O povo saberá castigar os que desrespeitam a democracia”. *O Momento*, Salvador, 29 nov. 1947, p. 3-4.

86. “Tentativas comunistas de agitação”. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 dez. 1947, p. 3.

87. “Paralisaram o trabalho em sinal de protesto contra a cassação”. *O Momento*, Salvador, 2 dez. 1947, p. 1; “Em greve os trabalhadores da Fábrica Porvir”. Idem, 27 dez. 1947, p. 1-4; “Alastra-se a greve pelo abono”. Idem, 28 dez. 1947, p. 1-4; “Continuam em greve os operários na indústria de móveis”. Idem, 30 dez. 1947, p. 1-4; “Os trabalhadores em greve não se deixam intimidar pelas ameaças da Delegacia do Trabalho”. Idem, 31 dez. 1947, p. 4; “Voltam, vitoriosos, ao trabalho”. Idem, 1 jan. 1948, p. 4; “Trabalho subterrâneo contra as instituições”. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 dez. 1947 s/p.; “Terminou a greve dos trabalhadores das indústrias de madeira”. Idem, 3 jan. 1948, p. 3.
88. “Crime contra a Democracia”. *O Momento*, Salvador, 8 jan. 1948, p. 1-4; “Traído pela Câmara o povo baiano”. Idem, 15 jan. 1948, pp. 1, 6; “Aprovada a cassação de mandatos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1948, p. 1 “A cassação dos mandatos”. Idem, p. 4; “Deputados que votaram contra, a favor e ausentes na cassação dos mandatos do PCB”. Idem, 9 jan. 1948, p. 1.
89. “Apoio dos trabalhadores à cassação dos mandatos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1948; “O trabalhador baiano apoia a cassação”. Idem, 9 jan. 1948; “Os operários e a cassação”. Idem, 10 jan. 1948, p. 3.
90. “Traído pela Câmara, o povo baiano”. *O Momento*, Salvador, 15 jan. 1948, pp. 1, 6. Ver também: “Cassados os mandatos dos deputados estaduais comunistas, hoje, de manhã”. Estado da Bahia, Salvador, 14 jan. 1948, p. 3; “Cassados os mandatos dos comunistas baianos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 13 jan. 1948, s/p.; “Último dia dos comunistas na Assembleia”. Idem, 15 jan. 1948, s/p.
91. “Borghgi contra Vargas”. *O Imparcial*, Salvador, 21 mar. 1947, p. 1; “Borghgi vitorioso no primeiro choque com o ‘queremismo’”. Idem, 26 mar. 1947, p. 1; “Primeira derrota do ‘queremismo’ na Assembleia do Estado”. Idem, 9 abr. 1947, p. 1; “Crise interna no PTB”. Idem, 20 maio 1947, s/p.
92. MARIGHELA, Carlos. “Levantar a combatividade das massas lutando contra a fome e a carestia. O que nos indica o Manifesto de Prestes”. *O Momento*, 18 fev. 1948, pp. 1, 6; PANDOLFI, “Entre dois governos”, op. cit.
93. “Os gêneros, hoje de manhã, estão mais caros do que ontem de tarde”. *O Momento*, Salvador, 13 fev. 1948, p. 2; “Em um ano de governo, Mangabeira conseguiu elevar os preços de todos os gêneros”. Idem, 20 fev. 1948, pp. 1, 4; “Eis os resultados da política de esfomeamento do povo”. Idem, 17 mar. 1948, p. 1.
94. “Todos à Praça da Sé para o grande comício de amanhã”. *O Momento*, Salvador, 22 fev. 1948, p. 1; “Greve conflito provocado pelos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1948, p. 3.
95. “Giocondo Dias e Almir Matos brutalmente espancados”. *O Momento*, Salvador, 24 fev. 1948, pp. 1, 6; “Um morto e vários feridos no conflito da Sé”. *Estado da Bahia*, Salvador, 24 fev. 1948, p. 3; “Conflito no comício comunista do Salvador”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1948, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 165/6. Ver também: FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário: (meio século de história política do Brasil)*. Rio de Janeiro: Agir, 1993, p. 167-171;